

Estado neoliberal e reestruturação do trabalho docente¹

Neoliberal state and restructuring of teaching work

Raquel Aparecida Cupertino²

Renata Ramos da Silva Carvalho³

Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto⁴

Resumo

O propósito deste artigo é compreender, historicamente, o contexto político brasileiro, a partir do final da década de 1990, e como os ideais capitalistas e neoliberais permearam esse cenário, alcançando o trabalho docente. A educação, estabelecida como um direito social, pertence a um contexto amplo. O processo de reestruturação produtiva do capital resulta em novas formas de organização e controle do trabalho docente, com consequências diretas sobre a intensificação e a precarização do trabalho. As reformas administrativas e educacionais implantadas, em alinhamento com os ideais neoliberais, reiteram o processo de minimização do papel intelectual do trabalho docente, revelando sérios problemas de ordem social e institucional. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar o contexto histórico-político do Brasil, a partir do final dos anos 1990, e as perspectivas e ideais neoliberais implantadas, paulatinamente, no contexto educacional brasileiro até alcançar, de forma sistematizada, o trabalho docente. A abordagem metodológica consiste em uma análise documental bibliográfica feita por meio de artigos e pesquisas desenvolvidas sobre o tema a partir de buscas em bancos digitais de dissertações e teses e publicações em diversas revistas no país.

¹ Artigo elaborado a partir dos estudos da disciplina “Estado e Políticas Educacionais” no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual de Goiás - Unu Inhumas, ministrada pelas Profas. Profa Dra Renata Ramos Silva Carvalho e Profa Dra Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto, no primeiro semestre de 2023.

² Universidade Estadual de Goiás - UEG, Unu-Inhumas, Brasil. E-mail: raquel.cupertino@ifg.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-2471-1285>

³ Universidade Estadual de Goiás - UEG, Unu-Inhumas, Brasil. E-mail: renata.ramos@ueg.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7461-6698>

⁴ Universidade Estadual de Goiás - UEG, Unu-Inhumas, Brasil. E-mail: sylvanabn@ueg.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6532-4637>

Palavras-chave: estado. educação. neoliberalismo. reforma administrativa. trabalho docente.

Abstract

The purpose of this article is to understand, historically, the Brazilian political context, from the end of the 1990s, and the way in which capitalist and neoliberal ideals permeated this scenario, reaching teaching work. Education, established as a social right, belongs to a broad context. The process of productive restructuring of capital results in new forms of organization and control of teaching work, with direct consequences for the intensification and precariousness of work. The administrative and educational reforms implemented, in alignment with neoliberal ideals, reiterate the process of minimizing the intellectual role of teaching work, revealing serious social and institutional problems. Given this, this article aims to analyze the historical political context of Brazil, from the end of the 1990s, and the neoliberal perspectives and ideals gradually implemented in the Brazilian educational context until reaching teaching work in a systematic way. The methodological approach consists of a bibliographical documentary analysis carried out through articles and research developed on the topic based on searches in digital banks for dissertations and theses and publications in various magazines in the country.

Keywords: state. education. neoliberalism. administrative reform. teaching work.

Introdução

A fase atual de reorganização e reestruturação produtiva do capital tem alcançado os processos de trabalho. A partir dessa lógica, pode-se perceber o estabelecimento de novas formas de exploração do trabalho, novas estratégias de controle que promovem competitividade, acirram o individualismo e a ruptura da solidariedade entre os trabalhadores. Esse processo não se restringe aos trabalhadores sem qualificação ou manuais, mas alcança também o trabalho qualificado, profissionalizado e intelectual (Previtali; Fagiani, 2020).

A partir da década de 1990, a educação brasileira conheceu um novo cenário, pós ditadura militar, pós promulgação da Constituição Federal de 1988, um processo de globalização imperativo e crescente. Frente a isso, as transformações no campo educacional se revelam profundas, nos seus objetivos, nas suas funções, na sua organização e no seu processo de adequação às novas demandas emergentes. A educação passou a ter sua capacidade de resposta aos anseios sociais e à necessidade de promover uma maior

distribuição de renda questionada severamente, fato este que enfraqueceu sua credibilidade como impulsionadora social (Oliveira, 2004).

Diante disso, a proposta deste trabalho é compreender, historicamente, o contexto político brasileiro e as influências da lógica neoliberal que permearam esse cenário, a partir do final da década de 1990, e que subsidiaram o processo de reestruturação do trabalho docente no país. Em um primeiro momento, foi traçado um breve panorama histórico do cenário político no Brasil, com alguns apontamentos que permitiram traçar um caminho para o processo de reestruturação do trabalho docente, sob a égide neoliberal. Posteriormente, procedemos a análise mais específica do processo de reestruturação do trabalho docente e seus impactos diretos.

As transformações que permearam a educação brasileira, a partir de 1990, seguiram o imperativo de formar indivíduos para a empregabilidade, sendo a educação um agente indispensável ao emprego formal e regulamentado, além de conduzir políticas sociais que viabilizassem a contenção da pobreza. A orientação dada para os governos latino- americanos, com relação à educação, por organismos internacionais esteve baseada na premissa de uma transformação produtiva com equidade. Frente a isso, as políticas educacionais estabelecidas colaboraram para uma repercussão direta na composição, estrutura e gestão das redes públicas de ensino (Oliveira, 2004).

O trabalho docente vem passando por um momento histórico de alcance de um novo patamar de tensões e contradições, sob a lógica produtiva do capital. A classe trabalhadora docente vive, no país, o grande desafio de estar mais qualificada e, concomitantemente, mais precarizada, imbuída da necessidade de se reorganizar enquanto classe e de reestabelecer a luta social para enfrentamento da individualização e da alienação, promovidas por uma lógica neoliberal dentro do ambiente do trabalho (Previtali; Fagiani, 2020).

Influências neoliberais no contexto político brasileiro a partir do final da década de 1990

A aprovação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) demarcou um processo de

Revista Administração Educacional, Centro de Educação, Universidade Federal de
Pernambuco, Recife, v. 16, p.118-134, 2025

ISSN:2359-1382 DOI <http://doi.org/10.51359/2359-1382.2025.262864>



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença:

resgate do Estado Democrático de Direito no Brasil e foi resultado de um movimento histórico de lutas por democracia e por justiça social. Como representação de um grande avanço para o processo de democratização brasileiro, a CF/1988 ampliou inúmeros direitos como, por exemplo, os direitos sociais, dentre os quais encontra-se a educação (Dourado, 2019).

Nos anos de 1990, sob o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi proposta a Reforma Administrativa do Estado, que teve no neoliberalismo o seu eixo central. Esse momento histórico foi marcado por uma reestruturação do capitalismo e teve a globalização da economia como base da geopolítica mundial. A Reforma Administrativa do Estado entrou em confronto direto com as políticas sociais propostas pelo estado de bem-estar social, pois direcionava seu discurso para a modernização e a racionalização tendo em vista o desenvolvimento econômico e a adequação às novas demandas da globalização do capital (Dourado, 2019).

Segundo Bresser-Pereira (2000), a Reforma Administrativa, inicialmente conflituosa e amplamente criticada, orientou o processo de separação entre as atividades desempenhadas exclusivamente pelo Estado e as atividades que poderiam ser financiadas e executadas por organizações públicas não-estatais. Dourado (2019) esclarece que o modelo proposto apontava para uma reformulação na estratégia de gestão, minimizando o papel do Estado no que diz respeito às políticas públicas, fortalecendo, concomitantemente, um amplo processo de privatizações. Por outro lado, pôde-se visualizar o fortalecimento do papel dos movimentos sociais, de partidos políticos e a instituição de governos democráticos e populares no âmbito dos estados, municípios e Distrito Federal, em uma demonstração clara do embate de forças entre a sociedade civil organizada e o Estado.

No que tange à educação, seguindo a mesma tendência das políticas governamentais em curso nesse momento histórico, FHC buscou efetivar lógicas de gestão direcionadas para um profundo processo de reforma educacional, como também esclarece Dourado (2016). Exemplo disso, é o que aponta Carvalho (2018) ao retratar que o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado para o período de 2001 a 2010, sofreu vetos importantes pelo então presidente FHC, sendo que quatro desses vetos alcançaram de maneira expressiva as

formas e modalidades de financiamento da educação.

O período de 2003 a 2010, correspondente aos dois mandatos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, trouxe a perspectiva de um novo projeto de sociedade, com a presença mais ativa e planejada do Estado com vistas a favorecer o processo de industrialização, aumento do gasto público, maior distribuição de renda e diminuição da desigualdade social. O governo Lula manteve compromissos que efetivaram a reprodução do capital financeiro- rentista, dentro de uma lógica ideológica neoliberal. (Oliveira; Amaral, 2020).

Os dois mandatos do Presidente Lula foram marcados por avanços na educação. Entre esses avanços, pode-se citar: a reestruturação de políticas públicas de financiamento da educação superior; a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); a definição de que o Plano Nacional de Educação (PNE) deveria ser instituído por meio de lei, visando definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias para os diversos níveis, etapas e modalidades de ensino, além de estabelecer a regulamentação da aplicação de recursos públicos na educação; expansão e duplicação das matrículas no ensino superior público federal, mediante a criação, consolidação e interiorização de Universidades e Institutos Federais (Dourado, 2019).

Eleita em 2010, a Presidente Dilma Rousseff (2011-2016) deu prosseguimento às políticas em andamento. Após intensa tramitação e amplas discussões, o segundo Plano Nacional de Educação foi aprovado e sancionado por meio da Lei nº 13.005/2014, com vigência de 2014 a 2024. A reeleição da Presidente Dilma Rousseff, em 2014, foi marcada por um cenário político delicado, de disputas e resistências. Embora tenha adotado ajustes mais sincronizados às demandas do mercado, a Presidente Dilma manteve a condução de políticas sociais com redução de recursos e ajustes. Em 2016, o cenário político do Brasil ganhou novos contornos a partir do processo de impeachment da Presidente Dilma (Dourado, 2019).

Nesse contexto, Michel Temer (2016-2018) assumiu a presidência priorizando políticas conservadoras de ajuste fiscal, contrapostas à consolidação de políticas sociais. As mudanças advindas a partir de então visaram atender às demandas do capital por meio de políticas de ajustes neoliberais (Dourado, 2019).

O programa “A travessia social: Uma ponte para o futuro”, estruturado e defendido pela Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB, em 2015, recomendava a adoção de políticas de ajuste fiscal, redução de gastos públicos, cortes orçamentários e a adoção de um Estado mínimo, enxuto, defendido como mais eficiente. A defesa do documento atendia aos interesses de uma agenda empresarial que vislumbrava, ainda, aumentar a competitividade e o lucro diante da diminuição de arrecadação do Estado, a promoção da Reforma Trabalhista e da Reforma da Previdência, a presença de um orçamento estatal mais flexível, diante da redução das vinculações constitucionais, e do estímulo às privatizações e da presença mais marcante das parcerias público-privadas (Oliveira; Amaral, 2020).

Dourado (2019) entende que a complexidade desse processo se ampliou com a eleição do Presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) e com a intensificação de uma agenda neoliberal e ultraconservadora. Segundo Oliveira e Amaral (2020), diante da ausência de um plano de governo estruturado, a proposta do então presidente Jair Bolsonaro era a desconstrução do Estado, ampliar substancialmente as privatizações, ampliar o combate à corrupção, acabar com a ameaça comunista, além de promover a defesa da família e dos valores tradicionais, dentre outras.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, o país assistiu à configuração de uma agenda ultra neoliberal, articulada com a extrema direita. Embasada na defesa da liberdade econômica, no fundamentalismo de mercado e nas dinâmicas do capitalismo financeiro-rentista, esta agenda assumiu contornos antidemocráticos, autoritários e conservadores. Este período evidenciou o uso da própria lei contra a democracia participativa, contra a atuação do Estado e contra os direitos sociais como os direitos trabalhistas, com o objetivo de minar resistências coletivas frente aos mecanismos democráticos do Estado de Direito (Oliveira; Amaral, 2020).

Dourado (2019) afirma que, nesse período, foram implementadas políticas públicas educacionais conservadoras, cortes expressivos no orçamento e verificou-se um processo de secundarização do PNE (2014-2024). Oliveira e Amaral (2020) reforçam que esse período foi marcado também pela busca de um controle ideológico na educação básica e superior, pela defesa da privatização das escolas e instituições de ensino e da educação domiciliar. A

finalidade da educação passou a ser alvo de instrumentos de controle e passou-se a propagar a defesa de um modelo meritocrático, voltado ao empreendedorismo, mediante o alinhamento da educação às necessidades produtivas. A educação passou a ser entendida como um serviço ou mercadoria, cada vez mais propícia à autorregulação do mercado.

A reestruturação produtiva do capitalismo associada à reestruturação do trabalho docente no Brasil

O capitalismo global vive um processo de reestruturação produtiva que tem culminado no estabelecimento de novas formas de organização e controle do trabalho (Previtali; Fagiani, 2020). As consequências desse processo não são restritas às classes de trabalhadores manuais ou sem qualificação, mas atingem também o trabalho qualificado, profissionalizado e intelectual. Essas transformações alcançam, de forma profunda, a educação, que se vê diante da necessidade de responder e se adequar às novas demandas que lhe são impostas. Os questionamentos quanto aos objetivos da educação, à sua capacidade de resposta aos processos de distribuição de renda e reposicionamento social levaram a reformas educacionais com reflexos importantes nas formas de gestão e na organização do trabalho na escola (Oliveira, 2004).

No Brasil, a partir da década de 1990, mais especificamente a partir dos mandatos do presidente FHC (1994-2002), as políticas públicas educacionais refletiram uma clara impregnância do modelo capitalista em sua atual forma: o neoliberalismo. No estado atual de desenvolvimento do capitalismo, em sua intrínseca relação com a globalização, a educação passou a ser vista como um elemento estratégico. Esse processo influenciou o estabelecimento de diretrizes para a educação, traçadas por organismos internacionais como o Banco Mundial, e voltadas, sobretudo, para os países considerados em desenvolvimento (Fidalgo, 2009).

Estas diretrizes implicavam no estabelecimento de currículos mais voltados às demandas de mercado, centralização de esforços na educação básica com preconização de redução dos investimentos no ensino superior. Ademais, tinham ênfase nos processos

avaliativos e no valor custo/benefício, na flexibilização da autonomia das escolas mediante o estímulo do envolvimento das famílias e setores privados e nas políticas voltadas para as minorias culturais e pessoas com necessidades especiais (Fidalgo, 2009).

Osório (2019) já estabelecia uma reflexão sobre a necessidade de polarização entre países centrais e países periféricos, quando se pensa no atual estágio da mundialização e do sistema capitalista. O autor afirmava que a existência dos Estados-nações se revela como uma necessidade fundamental de reprodução e operação do capitalismo diante das transformações políticas e econômicas. Além disso, o autor afirmava que a forma como a sociedade produz e se reproduz diante da lógica capitalista vem atravessada pelas funções estatais, por meio da sua materialização nos campos material, político, ideológico e social. Esse raciocínio permite a compreensão do estabelecimento de diretrizes para a educação por parte de organismos internacionais, como estratégia de controle e de dominação ideológica.

As transformações operadas no cenário nacional brasileiro afetaram de forma direta os entes federativos (União, estados, municípios e Distrito Federal). Diante da transformação da estrutura econômica mundial e da necessidade de o país atender às novas demandas do capital, do aumento do crescimento demográfico das cidades e da crescente urbanização, cresceu a demanda por educação e por políticas de expansão e interiorização do ensino superior no país. No final da década de 1990, a Reforma Administrativa do Estado brasileiro, durante o governo FHC, marcou um processo de alinhamento às políticas neoliberais, à defesa de um Estado mínimo, à transferência da responsabilidade pela expansão do ensino superior para o mercado e à priorização de investimentos no ensino básico. (Magalhães, 2009).

Dardot e Laval (2016) acenavam para essa mudança de perspectiva de se pensar as ações do Estado como um agente mais flexível, reativo e fundamentado ao mercado e orientado ao consumidor. Trata-se de um processo de mercadorização⁵ ou mercantilização⁶ do público, que se torna regido e regulado pelo modo de pensar empresarial. Essa lógica fundamenta a estruturação de um Estado avaliador e regulador, que mobiliza novos

⁵ Mercadorização: processo pelo qual a educação escolar é transformada em nicho de mercado.

⁶ Mercantilização: processo pelo qual a educação escolar é subsumida à forma e à lógica da mercadoria.

instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais. Como aponta Previtali e Fagiani (2020), a educação vai sendo concebida em novas formas, como desempenho, como performance e como mercadoria.

O Estado, como já afirmava Marx (2013), não é neutro e, ao impor o controle sobre o trabalho docente, almeja controlar a reestruturação da educação básica pública sob os auspícios do neoliberalismo” (Previtali; Fagiani, 2020, p. 231).

Este cenário vem demonstrar, ao longo do tempo, a construção de uma nova forma utilitarista de regulação no campo educacional público brasileiro, que atinge diretamente a composição, estrutura e gestão da escola. É possível perceber a importação de orientações de teorias administrativas preconizadoras de conceitos como produtividade, eficácia, excelência e eficiência para o campo pedagógico (Oliveira, 2004). Fortemente influenciado pelo aprofundamento de uma nova lógica produtiva, o trabalho docente sofre impactos não só em aspectos objetivos dos processos de trabalho, mas também nos condicionamentos subjetivos dos profissionais da educação (Fidalgo, 2009).

No que tange à subjetividade, Osório (2019) acrescentou que o poder político do Estado se manifesta como onipresente e também como carcereiro, influenciando diretamente a consciência do indivíduo e sua forma de pensar, a partir de uma lógica capitalista. Assim, o Estado constrói um sistema de dominação, estabelecendo como prioridade coletiva questões compreendidas como interesses de um grupo. Para tanto, faz-se uso de estratégias de consentimento consensuais ou coercitivas que permitem que as instituições da sociedade civil imponham a ideologia que permeia o projeto da classe dominante, induzindo os interesses, a formulação de princípios e concepções do indivíduo em um processo denominado submissão-qualificação.

Previtali e Fagiani (2020) reforçaram essa perspectiva ao atentarem-se para a sujeição da subjetividade do docente através dos mais variados mecanismos de controle que conduzem à objetivação do saber. Os autores apontaram que a reflexão acerca da subjetividade docente importa em identificar de que maneira os discursos políticos neoliberais alteram a perspectiva pessoal do docente sobre si mesmo e sobre o seu trabalho. Para além disso, torna-

se vital para a relação com os outros docentes e com as comunidades acadêmicas de forma geral, trazendo impactos sobre a sua própria organização enquanto classe.

Nesse sentido, a reestruturação do trabalho na escola, sem as adequações necessárias, pode atingir de forma negativa as relações de trabalho. Exemplo disso é o crescente aumento de contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando a números correspondentes ao de trabalhadores efetivos. Além disso, vale destacar as inadequações salariais, a existência ineficaz de planos de cargos e salários, ou ausência dos mesmos em alguns casos, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias fruto dos vários processos de Reforma do Aparelho do Estado (Oliveira, 2004).

Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir de 2003, buscaram implementar uma nova perspectiva de desenvolvimento nacional, momento este em que pôde-se verificar uma refração da política reformista, mais voltada para o mercado e por ele controlada. Contudo, essa política ganhou novos contornos e um novo impulso no Brasil, a partir de 2016, com o governo Temer, quando se intensificaram as tensões presentes no trabalho docente da educação pública (Previtali; Fagiani, 2020).

A partir desse momento, o Brasil passou por reformas neoliberais importantes. Exemplo delas é a Reforma Trabalhista, promovida por meio da Lei nº 13.467/2017, que permitiu terceirizações inclusive no setor público, ampliando a precarização do trabalho qualificado e profissionalizado. O aumento dos contratos flexíveis e temporários, a redução de concursos públicos, o incremento da terceirização do trabalho por meio de parcerias, trabalhos eventuais ou intermitentes, a acentuação do controle do desempenho individual e o estabelecimento de metas, resultados e pagamentos diferenciados por produtividade são efeitos palpáveis desse processo (Previtali; Fagiani, 2020).

Oliveira (2021) apontou ainda outras medidas importantes do Governo Temer para a educação brasileira. A Emenda Constitucional nº 95, sancionada em 15 de dezembro de 2016, definiu um novo regime fiscal para as despesas primárias do Poder Executivo Federal por 20 anos. Esta medida compromete de forma direta o financiamento de setores como saúde, segurança e educação, uma vez que o reajuste do repasse de recursos passou a acontecer apenas com base na inflação definida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O impacto da EC nº 95/2016 sobre as políticas educacionais foi grande, especialmente quando se trata das políticas advindas da aprovação do PNE (2014-2024).

O Governo Temer editou também a Medida Provisória nº 746/2016, convertida na Lei nº 13.415/2017, conhecida como a Reforma do Ensino Médio. Os principais objetivos da reforma foi o de reconduzir o Ensino Médio a um patamar mais dinâmico e atrativo para os jovens, especialmente diante dos altos índices de abandono e reprovação, e melhorar a qualidade do Ensino Médio do país. A edição dessa medida provisória aconteceu sem nenhum caráter consultivo prévio às entidades educacionais e veio associada à interrupção de programas e ações em andamento e à desconsideração dos projetos de lei sobre a matéria no Congresso Nacional (Ferretti, 2018; Aguiar, 2019).

Exatamente por isso, a MP nº 746/2016 ganhou um traço autoritário e conservador que resultou em reações contrárias da sociedade. Enquanto a proposta da Emenda Constitucional do teto dos gastos públicos e a MP nº 746/2016 tramitavam no Congresso Nacional, ocorreram atos públicos, manifestações e protestos contra as proposições do Governo Temer, além de ocupações nas escolas de ensino médio em várias cidades brasileiras. Os atos de resistência, entretanto, não foram suficientes para barrar a aprovação, pelo Congresso Nacional, das proposições referenciadas e seu sancionamento pelo então presidente Michel Temer (Aguiar, 2019; Oliveira, 2021).

Finalmente, o governo de Jair Bolsonaro, eleito em 2018, trouxe também outras reconfigurações importantes para a educação brasileira. Dentre as medidas implementadas podem ser mencionadas a apresentação do Projeto de Lei nº 246/2019 com a proposta do Projeto Escola sem Partido, que prevê a regulação da atividade docente, coibindo-a e reduzindo-a a uma prática de doutrinação. Além disso, a pauta ideológica migrava do discurso eleitoreiro para estabelecer estratégias em vários pontos do governo, inclusive a educação. O referido projeto de lei proíbe abordagens sobre questões de gênero e sexualidade, em uma perspectiva contrária às recomendações e tratados internacionais, em uma interferência direta na autonomia pedagógica do docente (Oliveira, 2021).

O projeto de governo de Jair Bolsonaro (2018 - 2022) para a educação foi permeado por

contornos explícitos e implícitos que, resumidamente, alcançavam o repúdio a Paulo Freire, um discurso educacional direcionado para a alfabetização e a importância da disciplina. Munido de um discurso de liberdade, Jair Bolsonaro conduzia a educação promovendo a defesa de uma escola apartidária, livre de amarras ideológicas e defendia a valorização da disciplina como responsável pela melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Neste sentido, foi possível vivenciar, no período de 2018 a 2022, o enaltecimento das instituições educativas militarizadas, especialmente a partir do Decreto nº 10.004, de 04 de setembro de 2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Oliveira, 2021).

Ainda, é possível contextualizar todo o movimento do Governo Bolsonaro durante a pandemia provocada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2), a partir de 2020, o que deu contornos ainda mais dramáticos à educação brasileira, em todos os níveis. Moraes et al (2022) trouxe o relato de um cenário significativamente complexo diante do crescimento do número de vítimas, o estabelecimento de crises econômicas, políticas e sociais graves, o desmantelamento das políticas voltadas à educação, cultura, ciência e tecnologia, além da proximidade de uma disputa eleitoral marcada pela utilização de discursos antidemocráticos que comprometeram amplamente o debate público nacional.

Moraes et al (2022) mostraram ainda que a educação foi marcada por alterações curriculares que ampliaram a exclusão educacional e a degradação dos conteúdos ministrados. A Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021, do Ministério da Educação, articulou a Reforma do Ensino Médio com uma base ainda mais ampla de reformulações curriculares e das políticas de avaliação tais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), a reestruturação dos materiais didáticos do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A Reforma do Ensino Médio buscou uma reestruturação curricular, mantendo-se silente quanto a outras reformas basilares tais como as voltadas aos regimes de contratação e remuneração dos docentes e seu processo de formação e as direcionadas à estruturação física das escolas.

Segundo Oliveira (2021), observou-se a constituição de uma reforma curricular para a

Revista Administração Educacional, Centro de Educação, Universidade Federal de
Pernambuco, Recife, v. 16, p.118-134, 2025

ISSN:2359-1382 DOI <http://doi.org/10.51359/2359-1382.2025.262864>



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença:

última etapa da educação básica, além de mudanças no processo de formação e no regime de trabalho dos docentes, a partir de alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Moraes et al (2022) reforçaram que a formação dos docentes que atuam na educação básica foi profundamente atacada pela Reforma do Ensino Médio, a partir da concepção de que as universidades públicas conduzem o processo formativo de suas licenciaturas de maneira exageradamente teórica e ideológica, dificultando a aquisição dos conhecimentos e domínios dos saberes práticos necessários ao desenvolvimento curricular proposto pela referida Reforma. Observou-se, então, a tentativa de adequar a formação docente às políticas gerencialistas, neoliberais, voltadas para o mercado de trabalho, alinhando-a com a crescente regulação das práticas docentes, em um processo de articulação com as reformas educacionais promovidas no cenário internacional e que contribuem para o processo de desprofissionalização docente.

A formação docente, que acontece sob ideais neoliberais, corresponde a um processo que precisa ser discutido, analisado e ponderado, uma vez que esta passou a privilegiar aspectos tecnicistas do trabalho, em detrimento de aspectos políticos e éticos. O processo formativo torna-se mais sucinto, com uma roupagem individualista e empreendedora, o que viabiliza a desmobilização política dessa categoria profissional (Previtali; Fagiani, 2020).

Outras pautas foram levantadas para a educação brasileira durante o governo Bolsonaro. O conservadorismo, crescente em âmbito mundial, ganhou proporções assustadoras no cenário brasileiro e os impactos desse processo para a formação de jovens e crianças precisa ser, de fato, considerado e desnudado. Além disso, as universidades brasileiras sofreram ataques verbais, de desacreditização, além dos profundos cortes orçamentários, que inviabilizaram pesquisas e colocaram em pauta a credibilidade, a seriedade e a finalidade das universidades como instituições sociais, como um bem público de direito de todos e de dever do Estado (Oliveira, 2021).

O processo de reestruturação do trabalho docente é profundo e complexo, especialmente quando compreendido diante da atual fase de acumulação capitalista e das novas demandas do capital. Contraditório, porém real, é o processo de precarização e

proletarização do trabalho qualificado, intelectual e profissionalizado (Previtali; Fagiani, 2020).

Pode-se verificar que esse processo, associado às novas nuances da formação docente são pautados por uma intencionalidade ideológica e política que retira do profissional a autonomia do ensino, impõe projetos e procedimentos pedagógicos, promove o desmonte da carreira docente e flexibiliza relações de emprego dentro da escola, comprometendo toda estrutura profissional. Esse cenário pode ser percebido na desvalorização salarial docente, precarização das condições de trabalho, retirada paulatina das proteções sociais conquistadas e materializadas em direitos, estabilidade e segurança para a classe docente. Resultado disso, vale o apontamento, são a apatia, o desânimo e o adoecimento docente (Previtali; Fagiani, 2020).

Considerações finais

A partir das considerações estabelecidas sobre o cenário histórico e político brasileiro, a partir do final dos anos 1990, e a presença marcante dos ideais neoliberais alcançando de forma veemente o processo de reestruturação produtiva do capital, é possível compreender que a educação foi impactada em vários aspectos, desde as intencionalidades que permeiam todo o arcabouço jurídico de tessitura de suas políticas educacionais até o contexto das práticas escolares. Observa-se que as inúmeras tentativas de controle sobre a prática pedagógica e sobre o trabalho docente, ao longo do tempo, mostraram-se cada vez mais audaciosas e expressivas.

Os avanços ideológicos neoliberais nas reformas educacionais promovidas no Brasil, especialmente a partir de 2016, mostram a tentativa de reduzir o papel intelectual e autônomo da escola e dos sujeitos nela envolvidos. Frente às novas demandas do capital, a educação, estrategicamente, passou a ser vista como instrumental, pragmática, voltada a uma funcionalidade que deveria atender, com eficiência, ao mercado de trabalho, enquanto o saber foi sendo reduzido, minimamente, a um produto ou um discurso competente.

Nesse cenário, a formação docente ganhou novas perspectivas de controle, pautadas por intencionalidades ideológicas e políticas, que confrontam a autonomia do ensino, estimulam a regulação de suas práticas pedagógicas e comprometem de forma pontual a estruturação da carreira docente. Esses fatores trouxeram pautas de discussões fundamentais acerca da desprofissionalização, precarização e desmobilização dos docentes enquanto categoria profissional.

As tentativas de reestruturação do trabalho docente no Brasil, ao longo dos últimos anos, representam um desafio para o docente frente à necessidade de resistir às manipulações, ao conformismo, às imposições ideológicas, muitas vezes sutis, às arbitrariedades políticas e à tentativa de condicionar o pensamento, a prática e a sua própria subjetividade dentro dos ideais mercadológicos. A educação é essencialmente um direito imprescindível e, como tal, precisa ser pensada coletivamente e não entrelaçada a interesses do capital, de grupos, partes ou mesmo do próprio Estado, correndo o risco de perder o seu significado e sua legitimidade histórica e social.

Referências

AGUIAR, Marcia Angela da Silva. **Reformas Conservadoras e a “Nova Educação”:** **Orientações Hegemônicas no MEC e no CNE.** Educ.Soc.,Campinas, v.40, e0025329, 2019.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**, de 5 de outubro de 1998.

BRASIL. **Decreto nº 10.004 de 05 de setembro de 2019.** Institui o Programa Nacional das escolas cívico-militares. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional 95 de 15 de dezembro de 2016.** Brasília: Congresso Nacional, 2016a.

BRASIL. **Lei 13.415/17 de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494/07, que regulamenta o FUNDEB, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016.** Brasília: Presidência da

Revista Administração Educacional, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, v. 16, p.118-134, 2025

ISSN:2359-1382 DOI <http://doi.org/10.51359/2359-1382.2025.262864>



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença:

República, 2016.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma gerencial do Estado de 1995**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 34(4): 7-26, Jul/ago, 2000.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 246/2019**. Institui o "Programa Escola sem Partido". 2019.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva. **O PNE e as Universidades estaduais brasileiras: assimetrias institucionais, expansão e financiamento**. Orientador: Prof. Dr. Nelson Cardoso Amaral. 2018. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2018, disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8550>

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Estado, Educação e Democracia no Brasil: retrocessos e resistências**. Educ. Soc., Campinas, v40, e0224639, 2019.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação: Política de Estado para a educação brasileira**. Brasília, DF: MEC, 2016. (PNE em Movimento; 1)

FIDALGO, Nara Luciene Rocha; FIDALGO, Fernando. **Trabalho docente e a lógica produtivista: conformação e subjetividade**. In: FIDALGO, Fernando; FIDALGO, Nara Luciene Rocha; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M. A intensificação do Trabalho Docente: tecnologias e produtividade. Editora Papirus: São Paulo, 2009.

FERRETTI, Celso João. **A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação**. Estudos Avançados 32 (93), mai / ago, 2018.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB). **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulisses Guimarães, 2015.

MAGALHÃES, Luciana de Castro. **O financiamento da Universidade Estadual de Goiás (UEG): o programa bolsa universitária e o custo do aluno**. Orientador: Prof. Dr Nelson Cardoso Amaral. 2009. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

MORAES, CSV; FERRETTI, CJ; PINO, IR; LEHER, R; ALMEIDA, LC; XIMENES, SB; et al. **Reforma do Ensino Médio: a institucionalização do apartheid social na Educação**. Educ Soc [Internet]. 2022;43:e261875. Available from: <https://doi.org/10.1590/ES.261875>.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. Educ. Soc., Campinas, vol 25, n 89, p. 1127 - 1144, set / dez, 2004.

OLIVEIRA, João Ferreira de; AMARAL, Nelson Cardoso. **As transições políticas no Brasil e seu efeito na educação brasileira**. Universidades nº 85, julho a setembro de 2020.

OLIVEIRA, Valdirene Alves de. **A educação no Governo Bolsonaro: o dito e o feito no primeiro ano de mandato**. Confluenze, Vol. XIII, No. 1, 2021, pp. 195-225, ISSN 2036-0967, doi: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/13092>. Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna.

OSÓRIO, Jaime. **O estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílon César. **Trabalho e Trabalho Docente na Educação Básica em tempos de precarização no Brasil**. Controversias y Concurrencias Latinoamericanas Vol.11 N.20. abril-septiembre, 2020

Data de envio: 14/05/2024

Data de aceite: 23/01/2025